

EDITAL

Ana Cristina Prego Simões Ozório, Vereadora do Pelouro do Urbanismo, Planeamento, Transportes e Mobilidade:-----

TORNA PÚBLICO, nos termos e para os efeitos do artigo 56º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que, por meu despacho de 4 de abril de 2024, subdeleguei na Diretora do Departamento do Urbanismo, Planeamento, Transportes e Mobilidade, Cristina Rodrigues, na Chefe da Divisão de Apoio Administrativo ao Urbanismo, Ilda Almeida, e na Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, Filomena Gomes, as competências que constam do documento anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante.-----

Vai o presente edital ser afixado no Atendimento Municipal e outro de igual teor no sítio da internet do Município de Santa Maria da Feira (www.cm-feira.pt).-----

Paços do Município de Santa Maria da Feira, 4 de abril de 2024

A Vereadora do Pelouro do Urbanismo, Planeamento, Transportes e Mobilidade



Ana Cristina Prego Simões Ozório, Arq.^{ta}

DESPACHO

Subdelegação de competências

- Considerando o disposto no artigo 44.º do Código de Procedimento Administrativo (delegação de poderes), no artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação em vigor (delegação de competências nos dirigentes) e ainda no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22/04, na sua redação em vigor (delegação e subdelegação de competências, no âmbito das medidas de modernização administrativa);

- Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei n.º 2/2004, de 15/01, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29/08), para além de definir as competências dos titulares de cargos de direção, prevê que os dirigentes possam também exercer as competências que lhes forem delegadas ou subdelegadas nos termos da lei;

- Considerando que todos os referidos diplomas legais suprarreferidos consideram a figura da delegação de competências nos titulares de cargos de direção como instrumentos privilegiados de gestão que propiciam a redução de circuitos e uma gestão mais célere e desburocratizada;

Subdelego na Diretora do Departamento de Urbanismo, Planeamento, Transportes e Mobilidade, Cristina Rodrigues, na Chefe da Divisão de Apoio Administrativo ao Urbanismo, Ilda Almeida, e na Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, Filomena Gomes, em matéria de procedimentos de urbanização e edificação previstos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual (RJAL) e no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atualizada (RJUE) e legislação conexa, as seguintes competências:

1. Assegurar a execução das deliberações da Câmara Municipal e despachos do presidente e dos vereadores com poderes delegados e subdelegados;

2. Promover as publicações legalmente previstas nos jornais e no Diário da República, em matérias do pelouro;

3. Assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal que tenha como destinatários quaisquer entidades ou organismos públicos, bem como documentos de mero expediente;

4. Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos (artigo 38º, nº 3, al. e) do RJAL);

5. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados na respetiva unidade orgânica e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, com respeito pelas salvaguardas estabelecidas na lei (artigo 38º, nº 3 al. g) do RJAL);


6. Determinar a extinção dos procedimentos por caducidade, deserção, deficiência de instrução ou falta de elementos de apreciação imputáveis aos interessados, cumpridas as normas aplicáveis do Código de Procedimento Administrativo e a legislação específica que a cada caso couber;

7. Emitir alvarás, ou outros documentos similares e/ou certificativos, exigidos por lei na sequência da decisão ou deliberação que confirmam esse direito (artigo 38º, n.º 3, al. h) do RJAL);
8. Dirigir a instrução dos procedimentos (artigo 8º, n.º 2 do RJUE);
9. Exercer as competências previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do RJUE;
10. Promover as consultas às entidades que, nos termos da lei, devam emitir parecer, autorização ou aprovação relativamente às operações urbanísticas sujeitas a licenciamento ou comunicação prévia, nos termos do disposto nos artigos 13º e 13º-A do RJUE;
11. Decidir pedidos de prorrogação de prazo apresentados no âmbito dos procedimentos, incluindo os relativos à execução das operações urbanísticas;
12. Autorizar averbamentos, designadamente de licenças, bem como de requerentes ou comunicantes, titulares de alvarás/licenças de construção, dos responsáveis de qualquer dos projetos apresentados, do diretor de obra ou do diretor de fiscalização, entre outros;
13. Praticar os atos devidos com vista à emissão de certidões relativas à constituição de edifícios em regime de propriedade horizontal, a destaques de parcela, à antiguidade dos prédios, à atribuição do nome de rua e número de polícia;
14. Praticar os atos devidos com vista à emissão de certidões no âmbito do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana;
15. Aprovar e alterar o mapa de férias das respetivas unidades orgânicas, sem prejuízo do regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público, e justificar faltas;
16. Praticar os atos devidos no âmbito do regime de manutenção e inspeção de ascensores, montacargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes;
17. Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício das competências decisórias do delegante e subdelegante (artigo 38º, nº 3, al. m) do RJAL).

O presente despacho produz efeitos imediatos, considerando-se ratificados todos os atos praticados até à presente data que estejam conformes com a presente subdelegação de competências.
Publicite-se nos termos legais.

Paços do Município de Santa Maria da Feira, 4 de abril de 2024

A Vereadora do Pelouro do Urbanismo, Planeamento, Transportes e Mobilidade



Ana Cristina Prego Simões Ozório, Arq.^{ta}